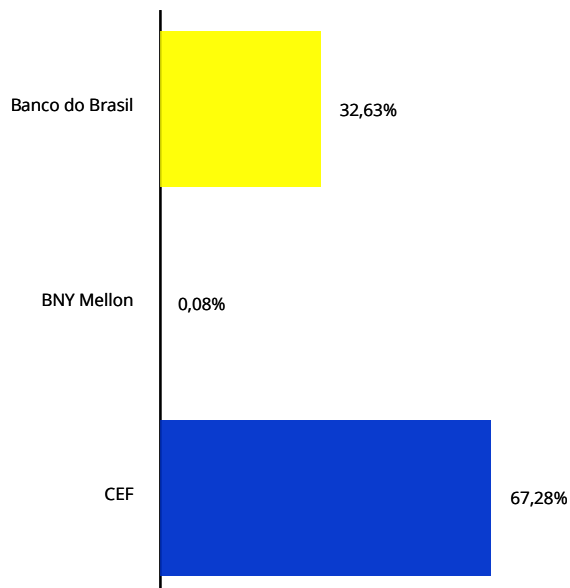


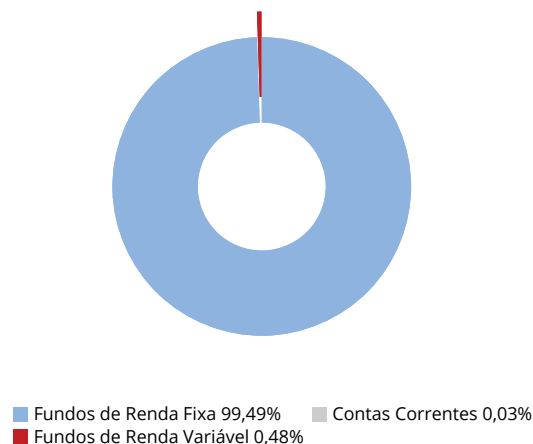
Os recursos do IPREANCARLOS são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência.

A diretoria do Instituto, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos. Neste mês a carteira de investimentos está distribuída da seguinte forma:

Distribuição da Carteira por Instituição Financeira



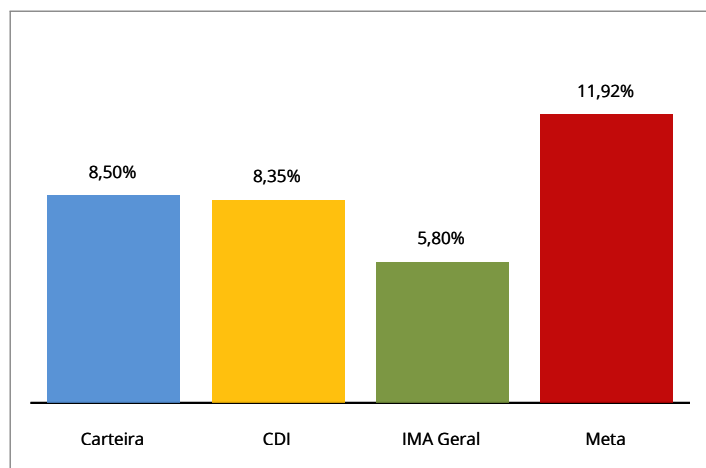
Distribuição da Carteira por Segmento



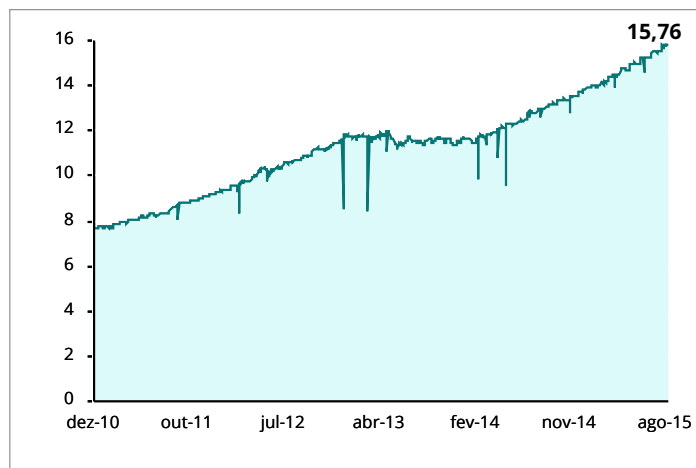
HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 252 DIAS ÚTEIS
IPREANCARLOS	0,66%	8,50%	12,06%
CDI	1,11%	8,35%	12,30%
IMA Geral	-1,15%	5,80%	6,48%
Meta Atuarial - INPC + 6 %	0,74%	11,92%	16,37%

Carteira x Indicadores em 2015



Evolução do Patrimônio (em R\$ Milhões)



Análise de Desempenho: A carteira do IPREANCARLOS tem como principal objetivo superar a Meta Atuarial.



Análise Macroeconômica

O aumento da aversão a risco foi o grande destaque de agosto do cenário internacional. Poderíamos ter passado por um período mais tranquilo, não fossem os receios sobre a situação da economia chinesa.

Nos Estados Unidos, os dados de atividade divulgados foram benignos sobre a economia do país: o desemprego seguiu recuando, o PIB cresceu acima do esperado, mas a inflação continuou em nível baixo. A Ata do Comitê de Política Monetária mostrou que seus membros estão otimistas com a economia, mas não o suficiente para iniciar o liftoff (aumento dos juros): citaram a apreciação do dólar, que atrapalha as exportações do país, e a piora chinesa, que também limita o crescimento das exportações americanas. Nossa opinião permanece de que o liftoff só ocorrerá em dezembro. A visão dominante do mercado é de que o início do aperto se dará em setembro – entretanto, alguns importantes players passaram a esperar este movimento para a última reunião do ano, em linha com a nossa projeção.

Na Área do Euro, a situação grega caminhava de volta à estabilidade. A Grécia recebeu um empréstimo de seus credores e utilizou parte dos recursos para pagar uma das parcelas de sua dívida com o Banco Central Europeu. No entanto, o então primeiro-ministro grego Alexis Tsipras, por estar contrariando suas promessas de campanha e desejar um “endosso” da população sobre a condução austera da política fiscal, decidiu renunciar a seu cargo para concorrer novamente à eleição. O primeiro turno está marcado para 20 de setembro e Tsipras é o candidato com maior chance de vitória. A Grécia deve continuar rumando à estabilidade, mas de maneira mais lenta que nossa expectativa anterior.

Havíamos colocado na carta mensal de julho que vemos riscos relevantes vindos da China, que adicionariam dificuldade à recuperação da economia global. Ao longo de agosto, os temores quanto à real situação chinesa ganharam muita força em todo o mundo e foram motivo de aversão a risco nas principais bolsas. A qualidade das estatísticas oficiais chinesas é extremamente duvidosa, o que limita em grande medida a capacidade de análise dos estrangeiros. É possível deduzir que a desaceleração deve se acentuar, mas não há informações suficientes para concluirmos qual o tamanho desta desaceleração, quando ela deve se manifestar e os impactos que trará para a economia global.

A tão esperada retomada da economia brasileira está cada vez mais distante de nosso cenário-base. A projeção de retração econômica deste ano passou para 2,3%, e a de 2016 para 1%. Provavelmente, ao longo de setembro, precisaremos reduzir ainda mais o resultado do próximo ano.

A situação política ainda é muito delicada e segue sendo o principal fator que impede a melhora econômica de nosso país. Enquanto não houver algum tipo de consenso político de busca por uma agenda de estabilização econômica, o país não terá qualquer condição para voltar a crescer, e estará condenado a passar por mais uma “década perdida”.

O equilíbrio fiscal é o primeiro e indispensável passo. O Ministro da Fazenda, Joaquim Levy (última fonte de esperança para economia brasileira), reiteradas vezes manifestou-se favoravelmente a uma melhora do resultado fiscal via redução de gastos do governo. Como foi vencido dentro do próprio Governo, a saída que restou para a melhora fiscal é o impopular aumento de tributos. Entretanto, a oposição é contra o aumento tributário e prometeu impedir que o custo da crise fiscal seja empurrado à população. Como não há nada tão ruim que não posso piorar, Michel Temer deixou a articulação política, o que aumentou a dificuldade de negociação por parte do Planalto.

Acuado, no último dia de agosto, o Executivo enviou ao Congresso o Orçamento de 2016. Sem condições de contar com o aumento de tributos, passou-se a projetar déficit primário em 2016 de R\$ 30,5 bilhões. No entanto, as projeções do setor privado é de que o déficit seja ainda maior, podendo chegar a R\$ 70 bilhões. A discussão a respeito do orçamento tende a ser muito tensa. Dentro deste contexto, passamos a esperar ainda neste ano a perda do grau de investimento pela Standard & Poor's.

Na política monetária, o Copom do início de setembro manteve a taxa Selic estável em 14,25% a.a., em linha com o esperado por nós e pela maior parte do mercado. O comunicado – que ficou igual ao da reunião de julho – indicou que o Copom deve manter a Taxa Selic estável até o final deste ano. Provavelmente, se o Copom continuar decidido a convergir a inflação de 2016 para 4,5% a.a., precisará realizar novas altas na Selic logo no início do próximo ano.



Renda Fixa

Em agosto, dados da economia chinesa e notícias do Planalto Central trouxeram um aumento relevante do risco para os mercados. A China desvalorizou a sua moeda com o objetivo de favorecer as suas exportações. Essa medida é extremamente negativa para as economias que exportam para a China, principalmente para os países exportadores de commodities – como o Brasil por exemplo, que foi pego em cheio pela política monetária chinesa. Há temores em relação à capacidade do governo chinês de reverter a desaceleração. Ainda no ambiente externo, durante todo o mês, pairou a dúvida sobre o momento em que os EUA vão aumentar os juros, se em setembro ou dezembro. No Brasil, as incertezas econômicas e políticas levam a uma preocupante falta de previsibilidade. Afinal, a nossa crise econômica é, na verdade, uma crise política.

No Brasil, as curvas de juros de longo prazo fecharam em forte alta. Os juros de curto prazo (FUT DI1 F16, vencimento em janeiro/2016) apresentaram alta de 0,81%, sendo que o vértice abriu o mês a 14,19% a.a. e fechou em 14,31% a.a. O movimento de aversão a risco foi mais intenso nos vencimentos de longo prazo (FUT DI1 F21, vencimento em janeiro/2021, por exemplo). O vértice apresentou uma alta de 11,35% em agosto, abrindo o mês em 12,68% a.a. e fechando em 14,12% a.a. Nesse ambiente de estresse nas taxas, o IMA-B fechou com uma forte queda de 3,11% e o IRF-M com queda de 0,85%. O CDI apresentou variação de 1,107% no mês de agosto.

Como adiantamos na carta do mês passado, o impacto no dólar não poderia ser diferente: a moeda americana fechou o mês com alta de 7,45%, abrindo o mês em R\$ 3,3940 e fechando em R\$ 3,6467. Com esta nova valorização, já acumula uma alta, no ano, de 37,3%. As das taxas de juros de longo prazo dos títulos americanos apresentaram alta no mês de 1,73%. Os juros de 10 anos fecharam o mês de julho em 2,1801% a.a. e agosto em 2,2179% a.a. A mínima do mês foi de 2,0039%, em um momento de forte aversão a risco que foi aliviando ao longo do mês, ao menos, no ambiente externo. Setembro ainda será bastante turbulento no ambiente interno. Por outro lado, chegaremos ao final do mês com a tão esperada definição do FED quanto ao aumento ou não da taxa de juros.

Renda Variável

Analisando os dados político-econômicos anteriormente apresentados nesta Carta, percebemos em agosto a inicial e preocupante intersecção entre a crise política doméstica – na qual se observa cada vez mais o isolamento do governo frente aos seus aliados – e as preocupações do mundo em relação à China – país que permanece hoje como uma grande interrogação. O clima de aversão a risco nas bolsas de valores ao redor do mundo prevaleceu e a volatilidade foi fortemente sentida através da sólida apreciação do dólar em relação às demais moedas, principalmente às dos países emergentes (em especial, o Brasil).